



## COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR – CPPD

ATA DA 88ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CPPD EM CONJUNTO COM COMAM E CGS

DATA: 20/07/2017

LOCAL: AUDITÓRIO DA SEUMA/SEINF

### CONSELHEIROS/MEMBROS NATOS/MEMBROS REPRESENTANTES DA CPPD:

**AMC** – Rosina de Almeida Lopes; **SER I** – Jackeline Tavares Facó; **SER II** – Guto Azevedo de Alencar; **SER III** – Naiana de Magalhães Benevides Pessoa; **SER IV** – José Carlos Alves; **SER V** – Jalsey Pereira de Nazareno; **ACC** – Antônio José Gomes Costa; **CREA** – Osmar Delboni Junior; **DETRAN** – Cassio Adler Gonçalves Vitorino Leite; **FBFF** – Jerônimo Paulo da Silva; **IAB** – Rodrigo Ponce de Leon; **SINDIONIBUS** – José Davi da Silva Pacheco.

**Presidente da CPPD:** Maria Águeda Pontes Caminha Muniz

**Secretária Executiva:** Marília Ferreira Lima Gadelha

**Coordenadora da COURB:** Marina Cavalcante Hissa

### CONSELHEIROS/MEMBROS NATOS/MEMBROS REPRESENTANTES DO COMAM:

**AMC** – Rosina de Almeida Lopes; **URBFOR** – Rosemary Paiva; **SETRA** – Osvaldo Gomes de Holanda; **SEUMA** – Edilene Oliveira; **SEPOG** – João Carlos Wanderley de Lima; **SERCEFOR** – Tereza Fernandes Cavalcante; **SER II** – Guto Azevedo; **SEINF** – Maria de Lourdes F. Porto C da Cunha; **ACC** – Antônio José Gomes Costa; **CREA** – Osmar Delboni Junior; **FBFF** – Jerônimo Paulo da Silva; **IAB** – Rodrigo Ponce de Leon; **MP** – Jacqueline Faustino de Souza.

**Presidente da COMAM:** Maria Águeda Pontes Caminha Muniz

**Secretária Executiva:** Natália Nogueira Rocha

**Coordenadora da CPA:** Edilene Silva Oliveira

### CONSELHEIROS/MEMBROS NATOS/MEMBROS REPRESENTANTES DO CGS:

**HABITAFOR** – Thiago Soares Rebouças; **SEMA/COBIO** – Paulo Lira; **VERDELUZ** – Beatriz Azevêdo de Araújo; **IAB** – Rodrigo Ponce de Leon.

**Presidente da CGS:** Maria Águeda Pontes Caminha Muniz



**Secretária Executiva:** Natália Nogueira Rocha

**Coordenadora da CPA:** Edilene Silva Oliveira

**Expositora:** Luiza Mota – **COPLAM/SEPOG**

**PARTICIPANTES:** SEPOG/CEPLAM – Luiza Mota; CEPS – Lia F. Gomes; VERDE LUZ – Davi de Melo Viena, Amanda Brito Barbosa, Francisco Lucas da Silva Gomes; SEUMA/COURB – Roberto Craveiro, Marina Hissa, Marília Gadelha; SEUMA/ASPLAM – Cláudia Norões; SEUMA/ASSESP – Jorge André Verçosa; SEUMA/CPA – Natália Nogueira Rocha, Leilane Maria Barros Queiroz; SEUMA/ASCOM – Washington Nogueira Feitosa.

### **PAUTA:**

1. Apresentação do Plano Plurianual;
2. Elaboração de propostas e metas para o Plano Plurianual (PPA) 2018-2021.

### **ABERTURA, EXPOSIÇÕES E DISCUSSÕES:**

O Assessor Especial da SEUMA, Jorge Verçosa iniciou a reunião cumprimentando os presentes e falou que seria apresentado o Plano Plurianual e posteriormente seria feito um trabalho de dar ideias para a construção do Plano Plurianual 2018-2021. Em seguida, convidou a representante da SEPOG para iniciar a apresentação.

A Sra. Luiza Mota, Gerente de Planejamento da Coordenadoria de Planejamento Orçamentário e Monitoramento (COPLAM/SEPOG), iniciou a explanação se apresentando e esclareceu que o Plano Plurianual dos anos de 2018 -2021 está em processo de elaboração. Falou que a ideia da reunião com cada conselho surgiu durante outra apresentação que ocorreu, e esta em função de uma determinação legal, que é o processo de participação social na elaboração dos instrumentos de planejamento público.

O processo de participação vem acontecendo desde julho, com participação direta da população e entre a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) e a Coordenadoria Especial de Participação Social (CEPS) que tiveram a iniciativa de apresentar e conversar o processo com os conselhos setoriais das diversas políticas públicas e de controle social que existem no Município; no sentido de apresentar o processo de elaboração do Plano Plurianual (PPA) e com isso fortalecer, divulgar e dar maior transparência.

Ressaltou que estava presente na reunião a Coordenadora Adjunta de Participação Social, Sra. Lia Gomes, que estaria a frente do processo participativo juntamente com o Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR). Acrescentou que a ideia seria apresentar o processo de planejamento e os Eixos e Resultados estratégicos do Governo de Gestão Pública para os resultados de 2018-2021 a partir do Fortaleza 2040 e ao final coletar as percepções e contribuições dos conselhos que podem subsidiar e ajudar no processo de elaboração.

Falou que o planejamento é um ato que precede e preside a ação e a gestão do Município de Fortaleza vem adotando desde a primeira gestão do Prefeito Roberto Cláudio; uma gestão pública onde o planejamento é voltado para resultados. Salientou que estão trabalhando em uma matriz estratégica, que é um modelo que passa a atuar para alcançar resultados adotando uma postura empreendedora e voltada para a população.

A atuação governamental é voltada pela busca de padrões de eficiência, eficácia e efetividade, buscando reduzir custos para a sociedade e realizando o compromisso maior com a população.

O processo de gestão por resultado inicia o planejamento pensando em que resultado busca atingir e a partir da concepção da gestão de resultado se pensa nos programas, atividades e projetos, que produto se entrega a população, portanto, tanto o PPA de 2014-2017, foi trabalhado dentro dessa metodologia, dando continuidade a esse processo de elaboração dentro dessa ideologia, dessa metodologia.

Então diferente de trabalhar com a competência do órgão, se busca pensar primeiro qual o resultado desejado e a partir daí se pensa em toda a execução para atingir o resultado. O PPA é composto por uma dimensão estratégica e por uma dimensão operacional, essa dimensão estratégica se dá a nível de gestão, a nível de governo é como o poder público decide como irá realizar sua gestão, quais serão as estratégias de governo, quais serão as grandes linhas de governo a serem tratadas dentro do planejamento, essas linhas de governo hoje tem por base no planejamento:

- Plano de Governo – “Fortaleza só tem a ganhar”, pois houve uma eleição, a eleição registra o plano de governo que tem que ser otimizado na gestão que foi eleita, portanto, não se pode deixar de pensar no planejamento e no plano de governo;
- Gestão por Resultados – Agenda Estratégica, onde o PPA tem por base a agenda estratégica que



foi planejada para o PPA 2014-2017, pois não se começa nada do zero, existe um mecanismo rodando e tem que dar sequência. A base do PPA hoje tem a agenda estratégica;

- Plano Plurianual 2014-2017, a avaliação do plano plurianual saiu da agenda estratégica;
- Plano Fortaleza 2040 que praticamente toda a base do plano de governo pra essa gestão partiu dos princípios do planejamento de 03 (três) anos realizado pelo Fortaleza 2040.

A elaboração de um PPA não parte do zero, vai partir de ações que querem aprimorar, do resultado que quer atingir em cima de uma avaliação e é essa contribuição que se busca também da participação social de forma direta e isso aconteceu em todas as regionais. E com os conselhos, como controladores de determinadas políticas públicas que acompanham, possam contribuir.

Partindo dessa dimensão estratégica se tem a dimensão operacional, que é a dimensão que é executada a nível de uma gestão pública. A dimensão operacional vai se dar no orçamento municipal e no sistema de monitoramento das ações de governo e projetos prioritários. E o orçamento municipal exatamente dessa peça de agora que é o plano plurianual.

O planejamento Municipal é voltado para resultados, tem o diferencial que foca naquilo que se quer atingir, com esse foco nos resultados são elaboradas três grandes peças do planejamento municipal e essas peças são legalmente determinadas pela Constituição Federal de 1988, são determinadas pela Lei de responsabilidade fiscal que controla a contabilidade pública, então o que se usa praticamente nessas peças são as determinações legais que tem que ser feitas.

O Plano Plurianual (PPA) é para 04 anos, onde se tira a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que é anual. A LDO dá as principais diretrizes, as principais prioridades para que se possa elaborar a Lei Orçamentária Anual (LOA), e é na LOA que é executada, onde encontra o detalhamento das ações, os elementos de despesas, que permitem operacionalizar os custos, os gastos, as despesas do Município. O Município de Fortaleza tem dois grandes sistemas de planejamento, são sistemas internos de controle; um é o Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento de Fortaleza (SIOPFOR), onde se elabora essas 03 (três) peças orçamentárias, hoje as setoriais estão utilizando esse sistema para elaboração do PPA; e o MAPFOR que é o sistema de monitoramento dos programas e projetos prioritários de governo e é onde se acompanham a execução de todas as ações de projetos e custeios finalísticos do município. O MAPFOR acompanha hoje





mais de 1500 projetos prioritários que o governo municipal vem executando.

Os três instrumentos legais estariam sendo trabalhados: o Plano Plurianual (PPA), que tem que ser entregue até o dia 31 de agosto, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que foi entregue no dia 15 de abril e já foi aprovada pela Câmara Municipal de Fortaleza (CMFor) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) que deverá ir para a CMFor até o dia 15 de outubro desse ano e é com base no que se foi proposto no PPA.

A agenda estratégica de 2014-2017 direcionou todo o trabalho dos últimos 04 anos e se tem um PPA baseado nela, além do Plano Fortaleza 2040, portanto, na Agenda Estratégica se trabalha a questão da visão de futuro para a cidade de Fortaleza e da missão da gestão Municipal e a partir de 03 grandes eixos foram trabalhados todas as ações setoriais do município, então até este ano de 2017 a estrutura programática de governo está baseada exatamente nos seguintes eixos:

- Melhoria da Qualidade de Vida e Justiça Social que propõe 04 grandes resultados estratégicos: Fortaleza Saudável, onde estão vinculadas ações da saúde, esporte, lazer e de enfrentamento a drogas;  
Fortaleza do Conhecimento onde estão vinculadas ações da educação, cultura e da área de inovação tecnológica;
- Fortaleza Segura, Inclusiva e Justa, onde se encontram as ações da assistência social, direitos humanos, segurança cidadã, habitação, segurança alimentar, áreas voltadas para a inclusão social; e
- Fortaleza da Juventude, que são ações específicas voltadas para a juventude, vale ressaltar que é um compromisso do governo municipal em função da realidade encontrada no município com relação a população jovem.
- Crescimento Sustentável que tem 03 grandes resultados:  
Fortaleza Produtiva e Inovadora, ligada as ações de desenvolvimento econômico e empreendedorismo com sustentabilidade;  
Fortaleza da Mobilidade e da Acessibilidade, onde estão ligadas as ações de urbanismo, transporte público, serviços do Município; e  
Fortaleza Sustentável, que são ações voltadas para a sustentabilidade e do Meio Ambiente.
- Gestão Transparente, Participativa e Transformadora que o resultado engloba uma Fortaleza

Planejada e Participativa da qual estão todas as ações meios da prefeitura, as ações de planejamento, de orçamento e administração, de recursos humanos, de patrimônio, de aquisição, de compras, dentro desse eixo trabalhado.

Salientou que para a elaboração do PPA 2018-2021 a metodologia será voltada para a questão de gestão de resultados, se trabalhando a luz do Fortaleza 2040 em função de 03 anos de planejamento que se teve, mas sem perder o que vem sendo feito durante os 04 anos. Será trabalhado em cima do que se foi construído, tentando corrigir os erros.

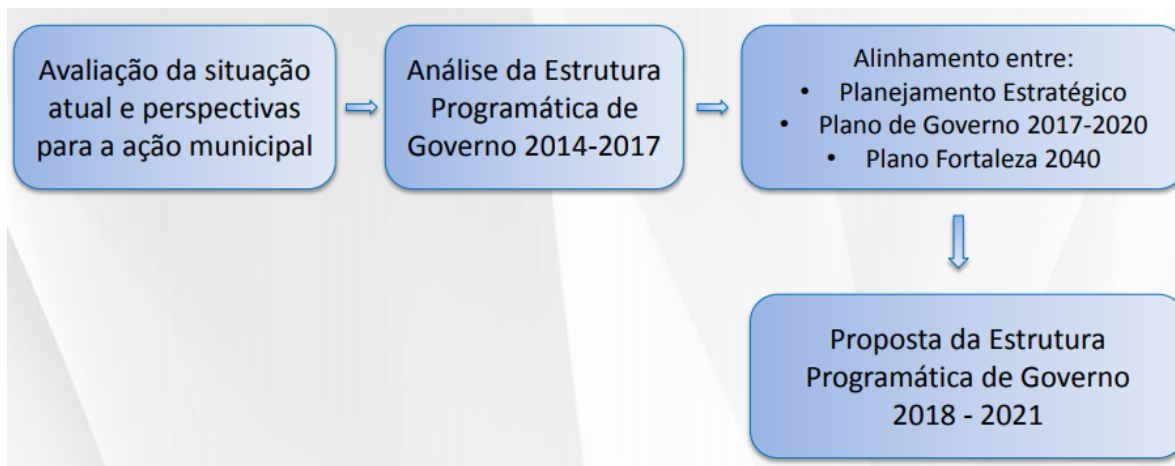
Apresentou a estrutura do PPA 2018-2021 e as diretrizes gerais de governo.

Falou que pensar em planejamento é pensar em acompanhamento e monitoramento, principalmente do PPA que é macro, planejamento de médio prazo; e é exatamente na busca por esse aprimoramento que está tentando conversar com vários setores envolvidos da população, com todas as setoriais, avaliando os programas de 2014 a 2017 e verificando quem teve execução orçamentária, o andamento de cada projeto e verificando o que dará continuidade e o que será incluído. A partir do momento que se define as áreas temáticas e se busca o que quer atingir com essas áreas temáticas, passa para a parte mais operacional do PPA que é a definição dos programas finalísticos, setoriais e multi setoriais e que programas vão conter o PPA que possam conter ações a serem desenvolvidas para dar o resultado estratégico desejado na área temática.

A partir daí, conter em cada programa os objetivos e indicadores, onde o programa não deixa de ser um conjunto de ações e dentro dos programas as ações acontecem e irão compor entregas a população, sejam diretas ou indiretas; as ações irão ter produtos e metas e podem ou não ser regionalizadas e isso irá gerar o orçamento de 2018, bem como dos 03 anos seguintes.

Apresentou ainda o passo a passo para a elaboração da proposta da estrutura programática de governo.





Destacou que a partir das concepções que foram propostas, será aprimorada a participação social dentro da elaboração do PPA e que legalmente a audiência pública já cumpre o preceito legal, mas se tem tido uma vontade de ampliar a participação social para que o resultado a ser entregue a população seja realmente mais efetivo, mais eficaz e mais perto do que a cidade precise prioritariamente.

Ressaltou que a Coordenadoria Especial de Participação Popular estava desenvolvendo um esforço para que a população realmente participe e para que se amplie aos Conselhos a contribuir nesse processo. Em seguida convidou a Coordenadora Adjunta da Coordenadoria Especial de Participação Popular (CEPS), Sra. Lia Gomes para falar como estava o processo de elaboração da participação social.

A Sra. Lia Gomes iniciou a palavra falando que por exigência da Lei, Fortaleza vem fazendo o que antes se chamava de orçamento participativo. Falou ainda que entrou esse ano na CEPS e recebeu um quadro de muitas queixas da população em relação a essa participação, pois se tem a obrigação de escutar a população, mas a Lei não preconiza que o Poder Público tem uma obrigatoriedade de cumprir minimamente com aquilo que a população solicita, com que escuta de demandas.

Frisou que nessa elaboração do PPA se tem tentado que sejam dadas respostas e que esse ano, por deficiências conforme falado anteriormente, se optou por não fazer votação de novas demandas. Explicou que como se dava o processo anteriormente, as pessoas da comunidade vinham em um dia marcado, dividido por regionais cadastravam as demandas que tinham e a partir daí em um segundo momento traziam as pessoas da própria comunidade para votarem nessas demandas, isso é feito todo ano em Fortaleza e como nos últimos anos a Prefeitura de Fortaleza não conseguiu dar esse retorno,



diante disso, foi feito um resgate de tudo que foi pedido nos últimos 03 anos e no que foi ouvido no Plano Fortaleza 2040 e foi feito um caderninho esclarecendo quais eram os indicadores de cada região, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), quais os assentamentos precários da região e foi entregue principalmente aos agente de cidadania e para que retornassem o caderninho com o que consideravam realmente prioridade para os próximos 04 anos, tanto para o Plano Plurianual (PPA) e quanto para a Lei de Orçamento Anual (LOA) do ano de 2018.

Ressaltou que as indicações foram entregues e estão sendo cadastradas; verificou-se pedidos de lotéricas, abertura de shopping, de lojas nos bairros e com isso percebeu-se a necessidade de realizar capacitações dessas pessoas, principalmente dos agentes de cidadania que são mediadores entre a população e o poder público.

Salientou que após as indicações, se tabela as solicitações de creches, escolas, saneamento, drenagem, entre outros e em um segundo momento se conversa com o Prefeito, buscando que a população possa ser atendida em um percentual daquilo que considera fundamental, pois nada melhor do que quem vive na área para saber o que realmente a população precisa.

Destacou que analisando as gestões em geral, é imposto o que será implantado e em que região; e que geralmente isso é baseado em estudos, em indicadores, mas a população é quem realmente sente a necessidade e quem deve nortear pelo menos uma parte daquilo que o poder público quer alocar nas diversas comunidades, e que esse processo está na fase final.

Falou ainda que houve uma reunião com todos os conselhos na semana anterior e que os mesmos estão elaborando o material para envio, com prazo final até o dia 21 de julho (dia seguinte a reunião) e que se espera que com essa reunião se consiga extrair boas propostas, projetos e linhas de decisões para os próximos 04 anos nessa parte tão importante que é o meio ambiente e urbanismo.

Ao final, se colocou a disposição para questionamentos e repassou a palavra para a Sra. Luiza Mota que ressaltou que o objetivo da reunião é colher percepções e subsídios para definição de programas e ações de governo, elementos chaves para a elaboração do PPA 2018-2021.

Ressaltou que existe um problema que é o pouco entendimento de participação e o entendimento de demanda imediata, pois uma peça de planejamento como o PPA, não vai ser possível colocar na peça de





planejamento. Tem que pensar que quando se coloca percepções e subsídios e se tenta visualizar quais são os grandes problemas da cidade que podem se tornar programas e ações a serem executadas pela gestão; essas ações menores quando muito o detalhamento fica no orçamento, onde se coloca a ação e as localizações das ações a serem executadas e a ideia de se trabalhar o conselho, é quais são as percepções como conselheiros dentro dos principais problemas da cidade e que precisam estar compondo a peça do PPA. Frisou que muitas vezes não vai compor no PPA do mesmo jeito que quer que esteja escrito.

Salientou que planejar 04 anos é pensar principalmente na perspectiva do resultado que se quer para a Cidade, na área que cada conselho atua.

Apresentou uma Matriz Estratégica de Governo para o Plano Plurianual 2018-2021 e ressaltou que foi consolidado como referência o Plano Fortaleza 2040. Para verificar se os objetivos que estão nessa matriz são necessários e suficientes para contribuir com a área temática priorizada.

Indicou que serão analisados os objetivos, se serão suficientes para dar as respostas e colocar algumas percepções a respeito da área temática, alguns problemas que queiram como necessários para ser solucionado, alguns desafios, algumas potencialidades para que possam transformar essas percepções em programas ou ações que possam ser operacionalizadas e propor algumas ações.

Frisou que devem ser pensados em ações estratégicas para melhoraria do Município. Propôs que os conselhos se juntassem, separados pelo tema, e trabalhassem sobre as perspectivas estratégicas.

O conselheiro da CPPD Rodrigo Ponce de Leon, representante do IAB, propôs que cada entidade, caso desejasse, expresse o que entenderam das matrizes e a Secretaria anotasse para que fossem transformadas em sugestões.

A sugestão foi aceita e em seguida, a Sra. Luiza Mota apresentou as matrizes com cada eixo, que foi construído a partir do Fortaleza 2040.

O conselheiro Rodrigo, pediu a palavra e deu as seguintes sugestões:

- Que o Município faça o uso dos geoprocessamento em todas as ações, pois é uma ferramenta prática e um modelo de gestão eficaz;



- Questionou se o PPA acolhe o Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB), falou ainda que o FUNDURB foi criado a poucos meses e tem tido acesso a um bom montante e quanto mais a população puder participar. Sugeriu se adequar ao processo do PPA o uso dessa verba em prol da melhoria urbana;
- Pontuou ainda sobre a notícia que o governo do estado irá construir habitações de interesse social em Fortaleza e sugeriu fugir do paradigma de construir essas habitações de interesse social em um terreno determinado. Falou que no Plano Fortaleza 2040, tem como diretriz a integração, ou seja, não fazer uma segregação e que é importante que o Município utilize o instrumento de preempção, que é adquirir um imóvel e após agregar valor para vender novamente; ou mesmo desapropriar para que as habitações sejam estrategicamente posicionadas na Cidade;
- Deu outra sugestão exemplificando que em São Paulo existe uma empresa de Urbanização de estrutura independente, onde tem capital social, gera receita e tem seus gestores e que empreende na Cidade, mas é um órgão vinculado ao Poder Municipal;
- Falou que entende que a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) são territórios que acabam segregando certa parte da população, pois delimita o território para ocupação de um tipo de classe social, e que isso foi concebido a um tempo atrás nas políticas, nos Planos Diretores anteriores; e que é preciso entender que pode haver uma flexibilização desses assentamentos para que haja uma melhor distribuição, assentamentos planejados na Cidade, fazendo com que a comunidade seja apenas reinserida na localidade próxima, mas que acompanhe um aproveitamento urbanístico a longo prazo.

Em seguida, o conselheiro da CPPD Osmar Delboni, representante do CREA, falou que falta uma melhor concepção, pois achou que alguns eixos temáticos estavam repetitivos. Abordou o eixo mobilidade e acessibilidade e falou que em 2004 estavam ocorrendo muitos acidentes em Fortaleza e houve um interesse do CREA em contribuir. A partir de uma conversa com o vereador Acrísio Sena, o CREA deu sugestões e uma delas foi a Lei de Inspeção Predial, onde o CREA deu sua contribuição, e com aprovação da Lei diminuiu os acidentes que aconteciam por falta de manutenção e as vítimas eram pessoas que adentravam o espaço público ou adentravam em uma construção.

Falou ainda que gostou de alguns pontos, mas que faltou aprofundar algumas coisas sobre a urbanidade

de Fortaleza. Ressaltou que Fortaleza não tem uma fiscalização efetiva, tanto por parte dos gestores, como dos órgãos e que em alguns bairros as calçadas são bastante irregulares, não tem planicidade.

Exemplificou ainda que Veneza é uma cidade que tem vários anos e possui a cabeção submersa no oceano e salientou que os cabos são protegidos através da engenharia, de estudos que visam melhores condições de vida ao cidadão e que é obrigação da Prefeitura corrigir esses defeitos, tornar a cidade limpa em termos de poluição, limpa através de barreiras atitudinais.

Parabenizou o PPA e acrescentou que gostaria que fossem mais estudados e que não serão resolvidos do dia para a noite, mas que deveria ter sido convocado a reunião meses antes para que pudessem participar em determinadas etapas.

O conselheiro da CPPD Jalsey Pereira, representante da Secretaria Regional V (SER V), parabenizou pela apresentação e acrescentou que se pensar e se planejar é um avanço e que a criação do Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR) para melhor planejar a Cidade é uma grande atitude do Prefeito Roberto Cláudio.

Destacou os eixos IV e V, referente ao desenvolvimento de cultura e conhecimento, onde foi priorizada a educação formal, falou que acha que o conhecimento tem que abranger a todos dando atenção a educação informal também.

Frisou que é importante levar o conhecimento as pessoas, mostrando que o lixo é resíduo sólido, é matéria prima para produzir outro produto e assim diminuir a degradação na natureza.

A Sra. Luiza Mota, falou que com relação ao FUNDURB todo e qualquer recurso público tem que estar previsto no Plano Plurianual, no LPO e do orçamento senão não poderá ser gasto; portanto o FUNDURB é uma unidade orçamentária com programas e ações. Em seguida, passou a palavra para a Assessora de Planejamento da SEUMA Sra. Cláudia Norões que explicou que o recurso está inserido no PPA, já em 2014-2017 e permanecerá até para que possa executar o recurso apurado.

A Sra. Luiza Mota falou ainda que a execução do recurso do FUNDURB, não passa por esse nível de planejamento, sendo uma peça macro e de responsabilidade da SEUMA como órgão executor do recurso. Frisou que cabe ao conselho acompanhar como está sendo aplicado esse recurso, pois a nível de planejamento é congregado em uma peça e a nível de execução cada órgão e entidade é responsável pela



execução dos programas, das unidades orçamentárias a elas vinculadas.

Quanto a habitação em Fortaleza, respondeu que essa é uma discussão a nível de política habitacional dentro das setoriais, pois existe planejamento das políticas específicas, não podendo ser garantido a nível de PPA. Esclareceu que o Plano Plurianual (PPA) busca garantir com programas e ações as necessidades das políticas específicas, permitindo que a política seja executada.

Esclareceu ainda que existe um conselho específico do Município que trata a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Destacou que dentro das setoriais apenas 08 (oito) ZEIS em Fortaleza são reconhecidas por Lei e que existe um processo de criação. Esclareceu que quanto a flexibilização vai muito por uma questão legal e que são tratadas hoje em parceria com o IPLANFOR. Ressaltou que o PPA garante que nos próximos 04 anos o processo de regulamentação das ZEIS, onde entra a flexibilização na questão legal e o processo de elaboração dos planos dos PIRFS específicos pra ZEIS.

A Coordenadora Marina Hissa falou que teve uma reunião com o IPLANFOR e já existe a proposta a ser entregue em setembro das ZEIS 1 e 2 e que concorda com a flexibilização, mas que foi estipulado pelo Plano Diretor, que de certa forma os assentamentos já estavam consolidados e a questão é regularizá-los. A Sra. Luiza Mota explicou que algumas ações são prioritárias a outras, mesmo se tratando do mesmo tema, ZEIS.

Com relação a falta de concepção colocado pelo conselheiro Osmar Delboni, a Sra. Luiza Mota respondeu que foi apresentado o resumo da matriz estratégica e que existem planos temáticos para isso, conforme o Plano Fortaleza 2040, inclusive com plano urbanístico e plano de transporte urbano. Destacou que houve uma discussão de quase 03 anos em todas as áreas temáticas, todos os 07 eixos que foram apresentados e cada área temática é detalhada dentro dos volumes do referido Plano. Salientou que alguns assuntos precisam ser aprofundados, mas a nível de política local.

Esclareceu ainda que a educação formal é aquela incluída no PPA, que se refere a execução da Política Municipal de Educação e que a educação informal são trabalhadas e investidos através de várias ações realizadas por diversas Secretarias, por exemplo, com a Educacional Ambiental realizada pela SEUMA ou ações realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS), entre outras.

A conselheira do COMAM, Jaqueline Faustine, representante do Ministério Público do Ceará, pediu a



palavra e falou que foi para a reunião acreditando que seria apenas a reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM), pois a reunião poderia ser melhor aproveitada e teria uma possibilidade maior de discussão. Disse ainda que compreendia que existia o tempo legal que o Município precisa observar, mas que fique esse registro o prejuízo que essa discussão pode estar sofrendo em decorrência da metodologia que foi trabalhada.

Em seguida, pontuou os itens seguintes como proposta:

- Fortalecimento da política ambiental, pois não percebe que o Município de Fortaleza realmente tenha a preocupação efetiva no fortalecimento da Política Ambiental. Falou que a educação ambiental é muito boa, mas não vê no que diz respeito a defesa do meio ambiente, portanto, o fortalecimento da própria secretaria na sua perspectiva de meio ambiente, seja através de capacitações dos seus servidores, seja com o aumento do efetivo dos seus servidores, principalmente o fortalecimento das vistorias. Destacou que não estaria falando de fiscalização, mas das vistorias e das licenças ambientais, dos alvarás que são concedidos de forma eletrônica pelo Município. Salientou a necessidade do Poder Público ter o conhecimento de quais são as áreas mais vulneráveis da cidade, qual a área do município que ambientalmente está mais vulnerável ou que na perspectiva de adensamento urbano é preciso ter uma melhor compreensão ou ter o maior cuidado e a partir daí fazer vistorias;
- Dentro ainda de um fortalecimento de uma secretaria de meio ambiente destacou a maior observância no que diz respeito a Legislação Ambiental, em especial as áreas de preservação permanente, cuidando assim das áreas de preservação permanente de forma mais efetiva, apresentando o que o Município tem de projeto para essas áreas e o que o Município pretende fazer para proteger melhor essas áreas, pois tem áreas de mangue que praticamente não são vistas, áreas de dunas que são extremamente importantes para a recarga hídrica, onde existe um problema sério de abastecimento de água no estado inteiro e que pode ficar simplesmente desconsiderado;
- O plano de manejo da Sabiaguaba; apesar de ser algo pontual, falou que terá uma repercussão considerável em vários fatores da cidade e frisou que praticamente quase todos os meses ou semanas chegam informações no Ministério Público em relação a ocupações irregulares, a



poluição, ao desrespeito, ao parque, portanto, apesar de ser algo pontual vai repercutir em diversos eixos para o Município e precisa ser enxergado como algo prioritário, até pra dar uma satisfação para a população;

- Gestão de Resíduos Sólidos, conforme o tipo de resíduos. Falou que não se percebe por parte do município de Fortaleza uma transparência e um esclarecimento da população de como efetivamente se dá essa gestão. Salientou a necessidade do Município em fortalecer suas políticas e no que diz respeito a política de transparência nas informações para a população.

A conselheira do Conselho Gestor Da Sabiaguaba (CGS), Beatriz Araújo, representante do VERDELUZ, pediu a palavra e iniciou falando que a conjuntura das Unidades de Conservação da Sabiaguaba, são: o Parque de Dunas e o Parque Municipal que é uma área de proteção integral, Área de Preservação Ambiental (APA) e é de uso sustentável.

Disse ainda que a Unidade de Conservação existe há quase 10 anos e não tem Plano de Manejo, apesar de ter uma Coordenadoria Política Ambiental na SEUMA muito atuante e que tenta levar as coisas pra frente, porém quando a Prefeitura como um todo não entende essas áreas como prioritárias não tem como algo ser feito.

Salientou que existe um plano de manejo que prevê uma série de ações e não estão sendo feitos e a necessidade que o recurso do Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente (FUNDEMA) seja destinado para o manejo das Unidades de Conservação da Sabiaguaba; e que estão em contato com o promotor do Ministério Público e foi solicitado por ele os planos de ação de sistematização para saber o que o plano de manejo diz e isso precisa de um orçamento. Finalizou dizendo que a Sabiaguaba é um local que mantém a biodiversidade da Cidade.

Em seguida o conselheiro da CPPD e do COMAM, Sr. Jerônimo de Paula, representante da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF), destacou sua preocupação ambiental e com a política habitacional. Falou que gostaria que no PPA tivesse a preocupação de dar um ajuste na Política Habitacional para que não se construa apartamento ou residência, levando as famílias de uma área para outra. Ressaltou seu desejo na existência de qualificações profissionais e em um acompanhamento melhor da assistência social, visando a melhoria na qualidade de vida a longo e médio prazo para as pessoas.

Ressaltou ainda a necessidade de maior controle com os CPFs informados para evitar a participação das pessoas em vários programas prejudicando os demais que não tiveram a oportunidade.

E sobre a questão ambiental, falou que Fortaleza hoje tem decretado 23 parques e já estão pensando que daqui a 04 anos tem o Plano Fortaleza 2040 que foi citado muitas vezes; sua preocupação é quanto a urbanização das áreas que foram decretadas como Parques, melhorando a vida das pessoas que moram no entorno, solicitou que houvesse fortalecimento e preocupação do orçamento público para ser investido em áreas periféricas recebendo benefícios de infraestrutura, de proteção e lazer e com isso educar, reduzir a violência e garantindo qualidade de vida.

A representante da SEGOV, Sra. Luiza Mota falou que foi colocada muitas possibilidades de metodologia e quanto ao prazo maior, a Lei preconiza que precisa de participação social e a essa participação vem ganhando espaço a cada elaboração. Esse ano além do espaço da população se buscou uma conversa com os conselhos, a discussão poderia ser mais rica, mas foi dado o primeiro passo no sentido de tentar ouvir cada política setorial através dos conselhos.

Concordou que os temas deveriam e mereciam ser discutidos em um melhor tempo a nível de PPA, mas levando-se em conta que está sendo elaborado em função de todas as discussões que já houve dentro do Plano Fortaleza 2040, muitos pontos tratados já foram debatidos anteriormente em todos os eixos. Falou ainda que pode ser melhoradas as propostas de participação, não só na elaboração do PPA, mas também na elaboração dos orçamentos em função do PPA conseguindo promover uma melhor discussão a nível das instâncias que são os conselhos setoriais, pois foi a primeira participação.

Salientou que o entendimento da elaboração do instrumento de planejamento precisa ser melhor qualificado para que saia da demanda pequena e se pense em situações como a do meio ambiente, dentre outras.

Com relação ao fortalecimento da política ambiental, fortalecimento da secretaria, conhecimento das áreas mais vulneráveis, maior respeito da Legislação pertinente ao meio ambiente, ao urbanismo, respondeu que os conselhos têm papel importantíssimo nisso, muito maior que o fórum para discutir a elaboração de um PPA. Salientou que os conselhos são os controladores sociais das políticas públicas e que a discussão foi um ganho no sentido de fazer um pouco a alerta dos próprios conselhos setoriais e



precisa de uma elaboração de um PPA para que se discuta sua política setorial em todos os níveis, seja a nível orçamentário, pois o PPA é uma peça de planejamento que é feita a partir das discussões de cada setorial. Falou ainda que quando se parte para uma discussão dessa é no sentido da secretaria escutar os conselhos para que a resposta seja mais efetiva.

Esclareceu que quanto a preservação das áreas ambientais, segurança hídrica da Sabiaguaba são discussões específicas e que o fortalecimento da política setorial parte, tem princípio na medida do fortalecimento do seus conselhos, na medida que seus conselhos setoriais começam a exigir que essa política seja mais voltada, tenha mais visibilidade, atenda mais as demandas. Enfatizou que as discussões foram excelentes a nível de política setorial e que o responsável pelo planejamento da SEUMA estava presente e que ficaria a sugestão de algumas ideias importantes como a de um programa ou ação específica para a Sabiaguaba, onde se possa pensar orçamentariamente, mas é uma decisão que se tem que tomar a nível mais estratégico.

Informou que a Gestão dos Resíduos Sólidos é feita pela Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos (SCSP) e se é uma questão ambiental tratada no conselho é importante envolver esses órgãos.

Quanto as colocações dos conselheiros, Sr. Jerônimo de Paula e do Sr. Rodrigo Ponce de Leon, respondeu que caso tenham a oportunidade de participar dos conselhos de habitação de interesse social é importante fazer dele uma instância realmente que faça valer a pena discutir a política pública, que possa promover alguma reflexão e mudanças na execução dessas políticas, pois é um espaço institucional que se tem para discutir.

Informou que só acontece quando aparece no orçamento, se não tiver um programa e uma ação específica para determinada ação, não irá acontecer, portanto, é importante que os conselhos se fortaleçam para cobrar e dentro da medida do possível, sugeriu que a SEUMA pense dentro da estrutura do orçamento quais contribuições a reunião poderia dar.

O conselheiro da CPPD, Rodrigo Ponce de Leon, falou ainda para as entidades acadêmicas ou mesmo da justiça façam um levantamento da efetividade dos conselhos setoriais, avaliando a parte que a representação da sociedade civil tenha alcançado.

A Sra. Luiza Mota falou ainda que é importante também que os conselhos se empoderem do papel de





controle social e do conhecimento e do que é a gestão municipal, não de determinador de uma gestão, mas influenciando e direcionando as decisões.

O conselheiro do COMAM, Sr. Osvaldo Holanda, representante da Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA), falou que participou da reunião anterior realizada na assembleia e o mesmo problema de lá foi levado para a reunião e que se perdeu muito tempo falando dos conselhos; a ideia era dar sua sugestão e discutir o que compete a cada conselho. Em seguida, apresentou suas sugestões:

- Urbanização das lagoas, pois são focos de doenças e com a urbanização melhora a saúde, o meio ambiente e ainda o turismo para a cidade.
- Poda nas árvores de Fortaleza; poda é um crime, existência de um técnico profissional dentro da secretaria de urbanismo para que diferencie o que é poda de limpeza e o que é poda de formação.
- Adotar arborização adequada com vegetação nativa adequada e adaptada.
- Definir recursos suficientes para manutenção das coisas já realizadas, como as praças que foram feitas e que foram recuperadas, pois se não houver manutenção irá retornar ao que eram anteriormente, portanto, precisa de manutenção e continuar o trabalho que é muito bonito e muito utilizado pelos moradores, onde as crianças brincam, as pessoas se reúnem.
- Realizar drenagem das águas empossadas;
- Definir processo educativo e sistemático do uso dos equipamentos pela população. Falou sobre o CUCA do Mondubim que é um equipamento bastante usado pela população.
- Realização de correção das calçadas.

Acrescentou ainda que a Sra. Beatriz Araújo falou muito bem e que a Prefeitura tem que ter força, pois o povo quer os benefícios.

A coordenadora de Políticas Ambientais da SEUMA, Edilene Oliveira pediu a palavra e falou que o tempo foi exíguo, até para a mobilização, mas a equipe se empenhou em não só fazer isso eletronicamente, mas também de ligar e tentar trazer todos a reunião.

Falou que ainda há tempo para fazer os encaminhamentos para inserção de contribuições e que as sugestões seriam encaminhadas dentro do planejamento estratégico das linhas de ação. Ressaltou que se



tem uma grande linha de ação de educação ambiental, área de ação de recuperação das áreas degradadas e seria verificado como ficaria a questão das unidades de conservação e parques e fazer esse direcionamento.

Respondeu que seria visto se haveria necessidade de inserção de alguma nova linha ou se todas as sugestões dadas estariam dentro das linhas já existentes com a definição de orçamento.

Falou que existe realmente a necessidade da estruturação dos 23 parques que foram decretados em 2014, até de uma maneira visual para a população, então a implantação desses parques estão acontecendo de maneira gradativa, exemplificou com o Rachel de Queiroz que já foram implantados 04 trechos e em agosto iniciará a ordem de serviço do trecho 6.

Ressaltou que os parques estão sendo trabalhados e que a ideia é que tenha isso dentro do orçamento como uma linha forte de gestão, pois já foi feito do ponto de vista legal, a proteção legal. Do ponto de vista do resíduo, explicou que se conseguiu alcançar o índice máximo do IQM, dos 12% do ICMS. Falou que a cidade precisa de muito mais, mas é importante deixar esse registro de que o trabalho está sendo feito, do ponto de vista de gestão, de legislação, de instrumento de gestão está sendo cumprindo, a exemplo disso é o selo verde, que é categoria Selo A.

Frisou que estão tendo cuidados na observação das dunas e que também tem o entendimento da recarga do aquífero, além disso, falou que não foi contemplado na área do parque, mas estão trabalhando, na questão da Zona de Preservação Ambiental 4 (ZPA 4).

Falou que acredita que os conselhos cada vez mais estão mais fortes e emponderados e que conseguirá avançar e cada vez mais fortalecer as câmaras técnicas e destacou que os conselhos são atuantes. Finalizou dizendo que há muito o que ser feito, mas que as portas estavam abertas e apresentou as Secretárias Executivas dos Conselhos.

A Sra. Luiza Mota respondeu a colocação do Sr. Osvaldo Holanda que a ideia era fazer trabalho de grupos com todos os conselhos e conversar, mas a reunião não deu, com isso todos os conselhos levaram o dever de casa e que iria receber as contribuições até o dia seguinte.

Ressaltou para que os conselhos procurem se empoderar das questões orçamentárias, dos planejamentos estratégicos, setoriais para ter o conhecimento das demandas, muitas vezes, como foi dito, a ação já





existe e fica nessa discussão. Agradeceu as contribuições e frisou que foram anotadas.

A Secretária Executiva do COMAM e CGS, Natália Nogueira informou que os conselheiros da CPPD, CGS e COMAM que tivessem mais contribuições poderiam encaminhar por e-mail até a manhã do dia seguinte. Ao final, agradeceu a presença de todos e finalizou a reunião.

Fortaleza, 20 de julho de 2017.

**Marília Ferreira Lima Gadelha**  
Secretária Executiva da CPPD

**Marina Cavalcante Hissa**  
Coordenadora da COURB

**Maria Águeda Pontes Caminha Muniz**  
Secretária da SEUMA  
Presidente da CPPD